

pelouro
planeamento e urbanismo



Pelouro de Planeamento e Urbanismo

O ano de 2010, marcado pela crise económica à escala global embora constituindo forte constrangimento, não impediu a prossecução do caminho conducente a uma ampla cobertura do território concelhio com planos e projectos de (re) qualificação urbana, mantendo como meta a médio longo prazo uma fruição colectiva de excelência.

Uma cada vez maior qualificação urbana e ambiental surge, assim, à cabeça do grosso das actividades desenvolvidas em 2010, a par, como é evidente, da continuidade e validação das diferentes fases que compõem o processo de revisão do Plano Director Municipal.

A elaboração dos processos das Reservas Ecológica e Agrícola Nacional gastaram uma fatia importante do tempo dispendido na revisão do PDM. O dossiê das exclusões da REN foi entregue em Abril, tendo merecido parecer favorável da CCDRN e estando neste momento para análise na respectiva Comissão Nacional. A delimitação da RAN foi concluída em 2010, concretamente em Outubro, estando fechado o respectivo processo.

O projecto do Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua constitui um marco importante no ano de 2010. Outros estariam tentados a entregar a sua concepção a arquitectos de renome, nós apostámos nos serviços técnicos da autarquia. Foram criadas condições, em tempo recorde, para a apresentação de candidatura ao Sistema de Apoio ao Cluster de Indústrias Criativas do ON.2 – O Novo Norte, com o objectivo de vir a construir-se o CCTAR em dois pólos, apostando nas áreas de criação e apoio a artistas, no acolhimento empresarial de negócios criativos, na investigação e produção de conhecimento e na implementação de um serviço educativo. É claramente uma aposta ganha, que nos orgulha.

A aposta nas novas tecnologias ao serviço da modernização administrativa colocou o sector do urbanismo do Município de Santa Maria da Feira na vanguarda a nível nacional. Ambicionando estar sempre “mais á frente”, o ano que terminou não fugiu à regra, desde logo com a introdução de melhoria na plataforma Mirante, pela integração de um sistema de pagamentos online.

A disponibilização total da informação a entidades públicas como Juntas de Freguesia, Bombeiros, ou Forças de Segurança, assim como os outros serviços da Câmara Municipal, é já uma realidade, o Mirante passou a estar integralmente disponível para consulta em tempo real por entidades que possuem chave de acesso para o efeito.

A melhoria do atendimento aos munícipes é luta incessante do Pelouro de Planeamento e Urbanismo, num caminho que não pretendemos nunca dar como concluído. O ano de 2010 fica marcado pelo fornecimento de cópias (autenticadas ou não) na hora do pedido e pela possibilidade de emissão de alvarás também na hora. A melhoria introduzida no serviço permite que cada funcionário possa emitir o alvará previamente preparado, agilizando procedimentos e beneficiando o munícipe.

Por outro lado, o número de atendimentos voltou a cair, com a diminuição a cifrar-se, desta vez, nos 8 por cento. O serviço de consulta on-line, para além de criar valor aos seus utilizadores, retirou do atendimento presencial uma elevada fasquia do número de atendimentos.

Continuámos com um bom grau de execução, eficácia e rigor, que nos permitiu a Certificação dos Serviços no ano 2009, tendo-nos sido renovada no decurso do ano transacto.

Novos serviços foram modernizados, nomeadamente no que se refere ao sector jurídico com a integração de processos de queixa, de contra-ordenação e de embargo no sistema Nortear. Assim poderemos neste âmbito ser mais céleres e eficazes nas decisões tomadas.

Em bom rigor, no ano transacto o investimento financeiro foi muito diminuto, a aposta nos recursos humanos efectivou a sustentação da nossa política de gestão urbanística, que se tem fortalecido com o empenho de todos os intervenientes numa lógica de exigência, de rigor e de qualidade. Em conjunto contribuímos para uma afirmação positiva de Santa Maria da Feira em termos regionais e nacionais.

Planeamento

O acompanhamento permanente aos novos conceitos e alterações legislativas relacionados com os diferentes instrumentos de gestão territorial foram, em certa medida, factor condicionante dos serviços de planeamento.

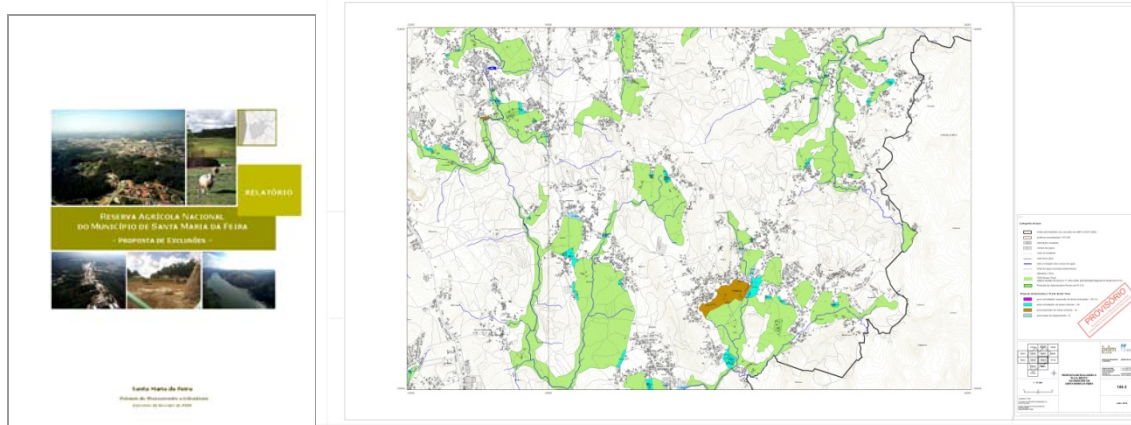
O ano foi caracterizado por 2 grandes áreas de actuação ao nível do Planeamento e Urbanismo:

I - Continuidade e validação das diferentes fases que compõem o processo de Revisão do Plano Director Municipal, tendo em consideração a sua importância como instrumento de gestão e desenvolvimento estratégico do município, que estabelece o modelo de estrutura espacial do território e que integra as opções de âmbito nacional e regional com incidência a nível local;

II - Continuidade no desenvolvimento e promoção de uma política de qualificação urbana e ambiental, programando e promovendo intervenções no tecido urbano, através de Planos, Estudos e Projectos. Com uma estrutura ajustada ao Plano de Actividades aprovado, descrevemos, de forma sucinta, um conjunto de actividades desenvolvidas, em acções concertadas com diferentes intervenientes, numa lógica de complementaridade com os restantes serviços.

Plano Director Municipal

1. Processo da “Reserva Agrícola Nacional – Proposta de Exclusões”



O processo de redelimitação da RAN prosseguiu, com os seus trabalhos, correspondendo à constituição dos dossiês correspondentes a cada etapa do processo. Essas etapas corresponderam à apresentação das Propostas de Exclusão, que surgiram por razões de Ordenamento e à elaboração final da delimitação da “nova” RAN do território de Santa Maria da Feira.

Foi elaborado, portanto, o dossiê das propostas de exclusões, que se propuseram por razões de ordenamento, e que reclassificaram algumas áreas de RAN, que se consideraram relevantes integrar em solo urbano.

É de notar que as propostas de exclusão, foram elaboradas em conformidade com a prévia avaliação das propostas de exclusão por parte dos técnicos da DRAPN, que acompanham a

revisão do PDM do município de Santa Maria da Feira, com os seguintes critérios de avaliação:

- No terreno, aquando do trabalho de campo;
- Em reuniões sectoriais tidas com o município, que resultaram em avaliações consensualizadas das propostas apresentadas.

Foi elaborado o respectivo Relatório, descritivo e justificativo das opções tomadas, sendo este acompanhado de “Fichas Técnicas” de pormenor das principais propostas de exclusão. Essas fichas, explicativas e justificativas compreendiam, a apresentação das exclusões que constituíram propostas de expansão da área urbana, representando as principais propostas de exclusão, o motivo pelo qual se propuseram, a categoria de espaço onde se propuseram inserir, o Plano/estudo urbanístico, quando justificável e sempre que possível anexou-se as Comunicações dos Processos, nas áreas que já obtiveram parecer favorável de utilização do solo para fins não agrícolas por parte da Comissão Regional/Nacional da Reserva Agrícola.

As propostas de exclusão das pequenas colmatações do tecido urbano e os acertos urbanos justificados pela existência de edificações, foram somente apresentadas nas cartas anexas e contabilizados nas respectivas grelhas estatísticas.

O processo de pretensões de exclusões da RAN, deu entrada na DRAPN a 14 de Abril de 2010, após a sua validação em reunião de Câmara de 06 de Abril de 2010, tendo sido feita a sua verificação e análise por parte da entidade competente (Dossiê 4 – “RAN do Município de Santa Maria da Feira – Proposta de Exclusões”).

As pretensões apresentadas foram analisadas pela equipa de avaliação, entendendo-se, que uma parte significativa mereceu parecer favorável.

Contudo, houve outras em que, quer pelas áreas envolvidas, quer pela mais coerente reclassificação e utilização do solo, mereceram um tipo diferente de tratamento ou mesmo a não-aceitação.

O Dossiê foi reformulado de acordo com o prévio parecer, concertado entre as duas equipas técnicas em reunião sede da revisão do PDM a 21 de Julho de 2010, tendo sido reenviado novamente para parecer da respectiva tutela a 28 de Julho de 2010 (Dossiê 5 - “RAN do Município de Santa Maria da Feira – Proposta de Exclusões” - Adenda).

Por despacho do Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte de 6 de Setembro de 2010, foi aprovada a cartografia da Proposta da RAN Final do concelho de Santa Maria da Feira, desde que este estivesse em conformidade com alguns aspectos ainda a corrigir. Este parecer foi portanto condicionado, sendo que após contempladas as alterações aprovadas e para sequência do processo, a Câmara Municipal, enviasse a cartografia final

com as manchas representativas da RAN Final, de acordo com a metodologia recomendada no referido despacho (ofício BGSGL1008089 de 17-09-2010).

2. Elaboração do Dossiê da “Delimitação da R.AN. – R.A.N. Final”

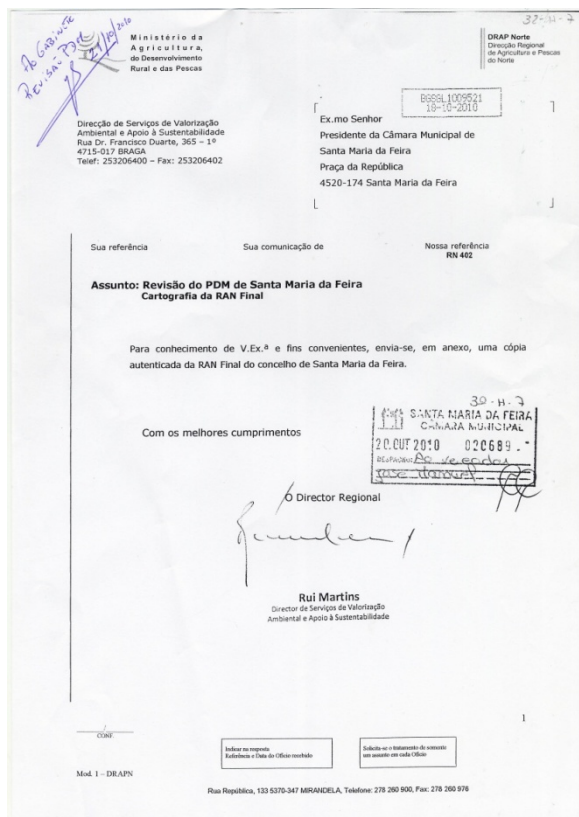
Na sequência da informação recebida da DRAPN, enviou-se o Dossiê da “Delimitação da RAN – RAN Final do Município de Santa Maria da Feira”, a 8 de Outubro de 2010, tendo já sido aprovado em reunião de Câmara de 04 de Outubro, contendo as Cartas da RAN Final à escala 1/ 10000 e Carta do Concelho à escala 1/25000, de acordo com as alterações aprovadas pela tutela.

A delimitação da RAN constante neste Dossiê constituiu a RAN Final do Município de Santa Maria da Feira, no âmbito da revisão do PDM e integrará a Carta de Condicionantes do futuro Plano.

A Cartografia da RAN Final do Concelho de Santa Maria da Feira foi aprovada, pela Comissão Regional da Reserva Agrícola, a 14 de Outubro de 2010 (ofício BGSGL1009521 de 18-10-2010). (Dossiê 6 - “Delimitação da RAN – RAN Final do Município de Santa Maria

da Feira” com as cartas autenticadas da Comissão Regional da Reserva Agrícola).

Em suma, foi no ano de 2010 que este processo teve o seu fim, tendo sido validado pelas tutelas superiores, designadamente pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e pela Comissão Regional da Reserva Agrícola (CRRA), sendo que as propostas apresentadas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira obtiveram parecer final favorável.



Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

DRAP Norte
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

BGSGL 1009521
18-10-2010

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Santa Maria da Feira
Praça da República
4520-174 Santa Maria da Feira

Sua referência Sua comunicação de Nossa referência
RN 402

**Assunto: Revisão do PDM de Santa Maria da Feira
Cartografia da RAN Final**

Para conhecimento de V.Ex.ª e fins convenientes, envia-se, em anexo, uma cópia autenticada da RAN Final do concelho de Santa Maria da Feira.

Com os melhores cumprimentos

30 - H - 7
CÂMARA MUNICIPAL
20.10.2010 020689
Rui Martins
Director Regional

Rui Martins
Director de Serviços de Valorização
Ambiental e Apoio à Sustentabilidade

1

Mod. 1 - DRAPN

Rua República, 133 5370-347 MIRANDELA, Telefone: 278 260 900, Fax: 278 260 976

3. Dossiê da Proposta de Revisão da Reserva Ecológica Nacional



O processo de (re) delimitação da Reserva Ecológica Nacional no Município de Santa Maria da Feira a ser desenvolvido pela equipa da revisão do PDM de Santa Maria da Feira em parceria com a CCDRN e a ARHN foi e ainda é o processo mais demorado neste processo de revisão.

A CCDRN, impôs que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira apresentasse a identificação dos compromissos urbanísticos no sistema da REN – Zonas Ameaçadas pelas Cheias, no pressuposto de que a Comissão Nacional a tal obrigaria.

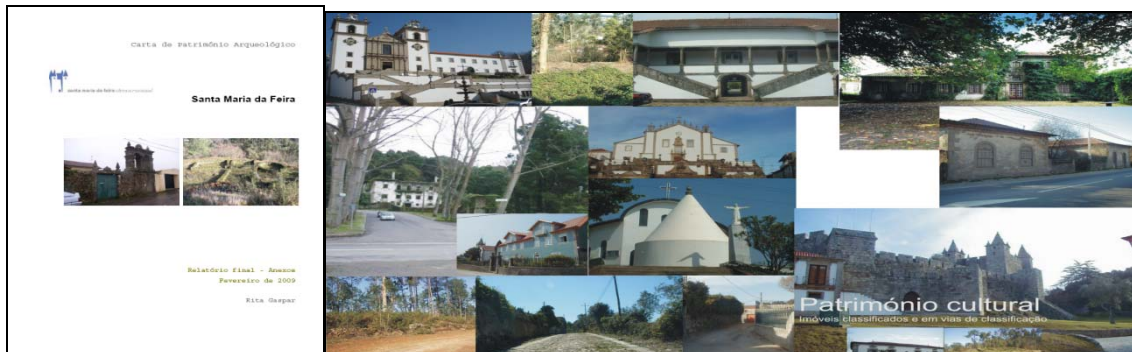
Decorrente das inúmeras reuniões de concertação, realizadas na CCDRN, relativas ao processo de revisão da REN, nomeadamente, do Dossiê das propostas de exclusão para satisfação de carências existentes e por compromissos, foi acordada a validação do respectivo Dossiê, tendo em vista a obtenção do parecer final da CCDRN quanto á delimitação final da REN do Município de Santa Maria da Feira.

Todos os procedimentos de revisão da REN foram apresentados em Reuniões de Câmara, tendo sido os processos e procedimentos aprovados por unanimidade.

A proposta de delimitação da REN foi apresentada ás entidades que constituem a Comissão de Acompanhamento (CA) do processo de revisão do Plano Director Municipal, tendo estas entidades concordado com a proposta apresentada.

O processo de revisão da REN, obteve, finalmente, parecer favorável da CCDRN, tendo sido constituído um Dossiê, estando de momento a aguardar o parecer da Comissão Nacional da REN.

4. Carta de Património Santa Maria da Feira – arqueológico e cultural



De acordo com a Legislação em vigor, nomeadamente o DL 107/2001, a DGOTDU determina, entre outras, como Cartas Temáticas obrigatórias a elaboração da Carta do Património do Concelho de Santa Maria da Feira no âmbito da Revisão do PDM. Tivemos um significativo avanço com vista à conclusão deste dossiê temático.

Assim, e se no caso da Carta do Património Arqueológico de Santa Maria da Feira o processo obteve parecer favorável por parte do IGESPAR.

O Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação de Santa Maria da Feira verificou uma importante evolução com vista ao encerramento deste dossiê temático. Por força da escassez (e nalguns casos ausência até) de fontes e/ou por incongruências nas bases cartográficas, o trabalho de delimitação dos Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação foi realizado em acção estreita e conjunta entre a equipa de revisão do Plano Director Municipal e técnicas da Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN). Uma primeira proposta da Carta do Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação do Município de Santa Maria da Feira, foi apresentada pela Câmara Municipal, a 30 de Junho de 2009, tendo as técnicas da DRCN solicitado que fossem realizadas alterações de representação gráfica e/ou de delimitação dos imóveis. Após a alteração foi apresentada, em 03 de Novembro de 2010, nova proposta da delimitação dos Imóveis Classificados e em Vias de Classificação do Município de Santa Maria da Feira, tendo esse mesmo documento, aquando da realização da 3.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, recolhido parecer favorável por parte da DRCN, parecer esse que mereceu consentimento por parte dos restantes elementos da C.A. De acordo com a Legislação em vigor, estes imóveis têm associadas, fruto das diversas tipologias de classificação, diferentes protecções ou salvaguardas que deverão ser tidas em linha de consideração aquando da realização da Carta de Condicionantes.

Convirá ressaltar, ainda, que paralelamente à realização deste Dossiê do Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação, procedeu-se ao desenvolvimento do

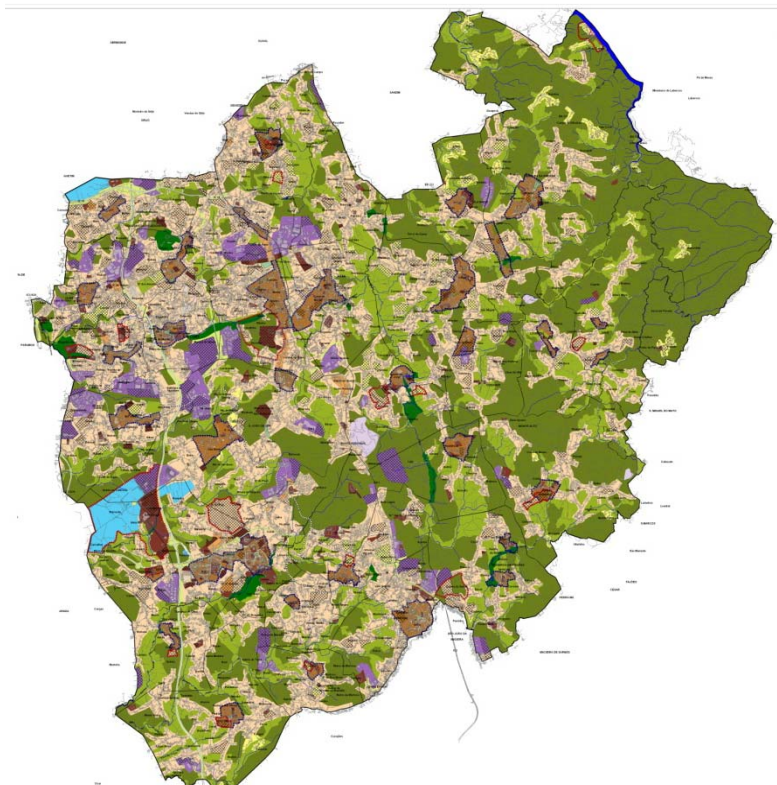
Inventário Patrimonial do Município de Santa Maria da Feira, tarefa essa que possibilitará, a breve trecho, à apresentação de um conjunto de objectos singulares, imóveis, conjuntos edificados, espaços públicos que, por força das suas características culturais, históricas, arquitectónicas, urbanísticas e/ou ambientais, apresentam um inestimável **VALOR** para o município. Com a prossecução dos trabalhos decorrentes da fase de Revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira perspectiva-se, através de um conjunto de acções e/ou restrições a consagrar em sede de Regulamento do PDM, a salvaguarda e protecção de um valioso, vasto e numeroso Património local.

5. Reajustamento da Proposta de Ordenamento vs Proposta de Regulamento

A publicação do Decreto Regulamentar (DR n.º 11/2009) que vem estabelecer a definição dos critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e do solo urbano, leva a que o processo de revisão do PDM se tivesse que adequar, indo ao encontro dos novos parâmetros legislativos exigidos.

Neste sentido, o processo de revisão do PDM, teve que se ajustar e inflectir alguns dos critérios definidos até então e propor novos ajustes relativamente às questões que as novas Portarias e Decreto Regulamentar obrigam.

Esses critérios tomados prenderam-se com algumas das peças obrigatórias e levaram o processo a propor a revisão das Classes de Ordenamento subdividindo-as nas respectivas categorias e subcategorias de uso do solo, adequado às novas exigências legislativas. A Carta de Ordenamento, peça fundamental e obrigatória do Plano Director Municipal, tem vindo a ser revista pela equipa da Revisão do PDM, em função dos novos paradigmas de planeamento e urbanismo emanados da nova legislação em vigor, da estratégia de desenvolvimento delineada pelo executivo camarário, da participação pública preconizada aos munícipes, presidentes de junta, associações e entidades (tutelas superiores) que acompanham o processo de revisão do PDM.

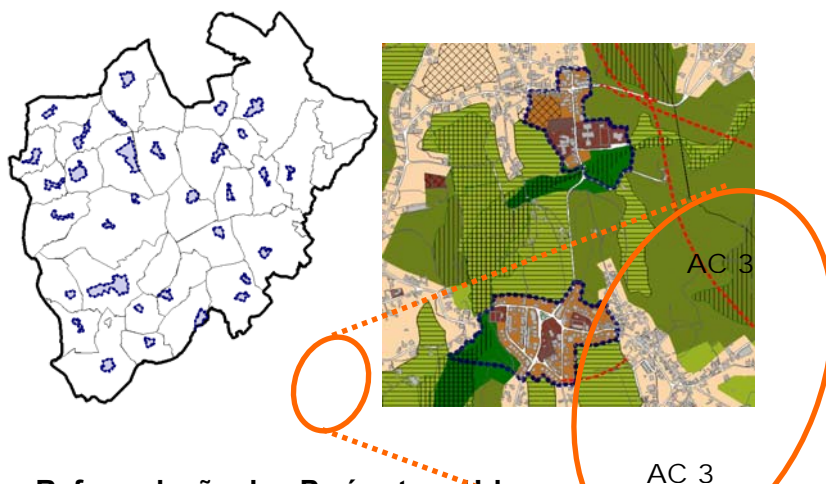


Desse modo, atendendo à especificidade local, o “desenho” de ordenamento em curso, visa um conjunto de critérios que concorrem para uma renovada abordagem no sistema de hierarquização urbana, numa óptica de reforço da identidade de Santa Maria da Feira e das suas diversas centralidades. De facto, tratando-se de um sistema urbano complexo, esta nova estratégia assume a intenção de potenciar a estabilização da malha urbana através de uma rede de centralidades que se inter-relacionem, na organização do solo rústico e solo urbano, na hierarquização viária, na colmatação dos aglomerados, na programação das áreas industriais, áreas de expansão urbana e na especificação de áreas que, pela sua natureza, se possam assumir verdadeiramente como novos pólos de desenvolvimento regional (parques, espaços turísticos e espaços de uso especial).

Esta nova abordagem, consubstanciou-se através da nova delimitação das áreas centrais das freguesias, a hierarquização clara das classes de uso do solo, a diminuição, na generalidade, dos índices de construção e sua respectiva distribuição pelo território, a programação das grandes expansões através de unidades operativas e a definição de critérios claros para a gestão, adequados a esta nova realidade.

6. Definição das Áreas Centrais das Freguesias do Concelho

Este trabalho teve por base a nova abordagem tida na Proposta de Ordenamento adequando-se às propostas das classes e categorias de uso do solo.



7. Reformulação dos Perímetros Urbanos

Tendo como referência a proposta de ordenamento do Plano Director Municipal em revisão, procedeu-se à delimitação dos perímetros urbanos do município de Santa Maria da Feira.



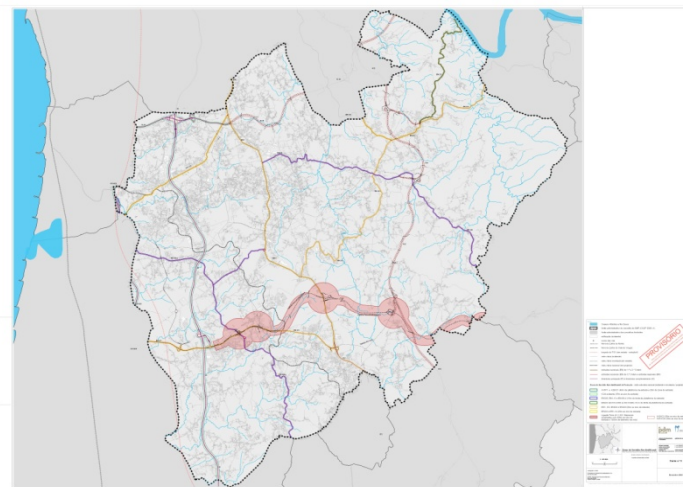
Este exercício permite a definição dos referidos limites e a percepção, entre outros aspectos do planeamento e do ordenamento do território, da sua interacção com a estrutura ecológica, com os solos rústicos e a quantificação e captação de áreas do concelho, tendo em vista o desenvolvimento económico, o equilíbrio ecológico, a sustentabilidade dos recursos e o bem-estar da população.

8. Proposta de Regulamento

No âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, tem vindo a ser aferido, para além de outras peças, quer a Proposta de Ordenamento quer o Regulamento, no sentido da adequação e revisão de conteúdos regulamentares, estratégicos e jurídicos, de acordo com as alterações ocorridas, decorrentes das novas exigências legislativas. Neste sentido, têm vindo a ser efectuadas reuniões entre a equipa da Revisão do PDM, e técnicos que actualmente exercem funções ligadas à Gestão urbanística, com vista à finalização desta peça.

9. Carta das Zonas de Servidão “Non Aedificandi” da Rede Rodoviária Nacional

A apreciação efectuada ao Dossiê das Zonas de Servidão *Non Aedificandi* da Rede Rodoviária Nacional, entregue na 2.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento, chega por ofício (EP-SAI/2010/7716) das Estradas de Portugal – Delegação Regional de Aveiro (EP-DRAvr) a 10 de Fevereiro de 2010.



Esta apreciação foi de que, sem prejuízo da obtenção do conveniente parecer do InIR no tocante à Rede Concessionada do Estado, não se viu inconveniente na transposição da Carta proposta para a Planta de Condicionantes. Ressalvou-se, no entanto, para o facto de que até à apresentação da versão final da proposta no âmbito da revisão do PDM, poderá vir a ser necessário proceder à actualização da Planta de Condicionantes, em conformidade, com a evolução dos estudos da RRN projectada.

Deste modo, procedeu-se à referida actualização sugestionada pela EP-DRAvr, elaborando-se nova Carta das Zonas de Servidão *Non Aedificandi* da Rede Rodoviária Nacional, com vista a obter o parecer final das respectivas tutelas de apreciação.

A Carta supra-citada foi integrada no Relatório da 3.ª reunião da Comissão de Acompanhamento, com o objectivo de validação de uma versão final dos corredores de protecção da Rede Rodoviária Nacional do Município de Santa Maria da Feira.

Essa Carta reflectiu, portanto, a actualização necessária dos corredores de protecção que pela alteração da sua situação, estando em projecto aquando da apreciação dos Dossiês enviados, e entretanto, pelo decorrer do tempo já se encontram em execução.

Desta forma, surgiu a necessidade de rectificação das zonas de servidão *non aedificandi* relativa aos traçados de duas vias pertencentes à rede rodoviária nacional que são a A32/IC2 e A41/IC24. As zonas de servidão *non aedificandi* destas duas vias, lanços

concessionados pela AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A., foram rectificadas de acordo com a sua situação actual e conforme o solicitado.

10. Elaboração da proposta provisória de Zonamento Acústico

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta importante para a gestão e controlo da poluição sonora, assim como permitem apoiar a tomada de decisão no planeamento e ordenamento do território. Poderão ainda, caso as situações encontradas o justifiquem, identificar acções prioritárias a integrar em programas de redução de ruído.

Em termos legais, para além da elaboração dos Mapas de ruído, exige-se aos municípios a classificação do seu território em zonas sensíveis e mistas consoante a sua ocupação, para as quais são definidos níveis máximos de ruído, expresso pelos indicadores entardecer (Lden) e nocturno (Ln).

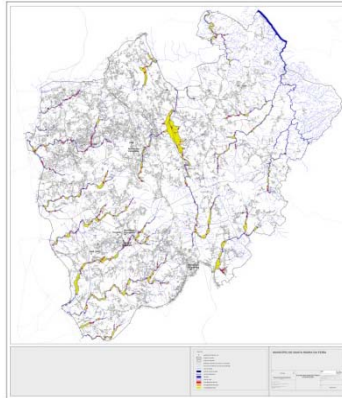
No âmbito dos trabalhos da revisão do PDM, segundo a legislação em vigor, foi necessário proceder-se à elaboração de Mapas de Ruído, bem como à classificação e delimitação de zonas sensíveis e mistas (Zonamento Acústico), tendo por base o uso do solo proposto. O resultado deste trabalho, vertido no designado dossiê “Mapa de Ruído do Concelho de Santa Maria da Feira” foi submetido à apreciação da Reunião de Câmara, tendo sido deliberado proceder-se à sua inclusão no processo de revisão do Plano.

11. Elaboração da Carta de Vulnerabilidade de Cheias

Com base no trabalho desenvolvido, Estudo das Bacias Hidrográficas do Concelho de Santa Maria da Feira, que identifica as Zonas Inundáveis e Ameaçadas pelas Cheias, foi desenvolvido uma Carta de Vulnerabilidade de Cheias.

Esta carta divide a vulnerabilidade em 4 classes, Susceptibilidade Elevada, Susceptibilidade Moderada, Susceptibilidade Baixa e Susceptibilidade Nula (ou não aplicável), decorrente do uso e ocupação do solo inundável.

O desenvolvimento do trabalho segue as indicações do Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco, Edição da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Setembro de 2009.



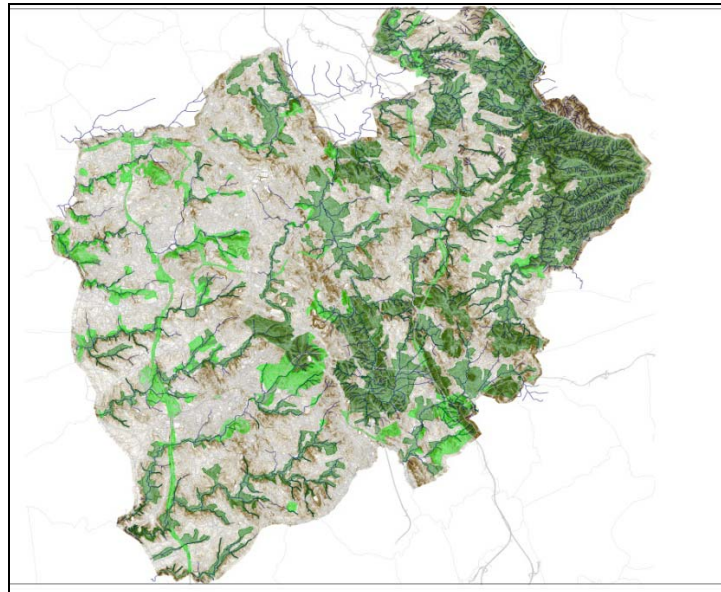
12. Análise das áreas florestais do concelho para apoio à elaboração da Carta do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

Ponderação no ajuste das áreas florestais, sendo analisada todas as áreas de conflito entre áreas urbanas e as áreas florestais, existindo a necessidade de reequacionar as propostas das áreas urbanas e a divisão das áreas agrícolas e florestais.



13. Aferição da Proposta da Estrutura Ecológica Municipal

O Decreto-Lei nº380/99 com redacção dada pelo decreto-lei nº310/2003, e por sua vez com a revogação recente, o decreto-lei 46/2009, de 20 de Fevereiro, refere que a Estrutura Ecológica deverá ser identificada nos “*instrumentos de gestão territorial, correspondendo às áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica*”.



Segundo o mesmo Decreto-lei, no artigo 70º, refere como objectivos dos Planos Municipais de Ordenamento a definição da Estrutura Ecológica Municipal. Por sua vez, o artigo 85º que trata do conteúdo material do Plano Director Municipal, diz *“que este define um modelo de organização municipal do território, estabelecendo nomeadamente a definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal”*.

A portaria nº 138/2005, de 2 de Fevereiro, fixa os elementos que devem acompanhar cada um dos planos municipais de ordenamento do território, determina que a “Carta da Estrutura Ecológica Municipal” constitui um dos elementos que acompanha o Plano Director Municipal.

Tendo por base as últimas alterações à proposta de Ordenamento, RAN e REN, surgiu a necessidade de redefinir a Estrutura Ecológica Municipal, trabalho actualmente a ser finalizado.

14. PLANOS, ESTUDOS e PROJECTOS

1. Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua

Concepção do projecto referente ao Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, tendo em vista a apresentação da respectiva candidatura ao Sistema de Apoio ao Cluster de Industrias Criativas, Aviso – SACIC - IF/1/2009 – do ON.2 – O Novo Norte, Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos.

Nesse sentido, ponderando as questões supra referidas, a Câmara Municipal desenvolveu a ideia de construir dois pólos, estabelecendo um Programa Preliminar que, por sua vez, foi trabalhado ao nível de programa-base e consolidado na concepção do projecto de arquitectura.



Os elementos agora apresentados, na esteira do estabelecido nos fundamentos formulados em sede da candidatura formalizada ao ON2, estabelecem, então, a pretensão de constituir como uma aposta nas áreas de criação e apoio a artistas, no acolhimento empresarial de negócios criativos, na investigação e produção de conhecimento e na implementação de um serviço educativo.

2. Projecto Paisagístico da Zona Envolvente do Ilha Bar - Caldas S. Jorge

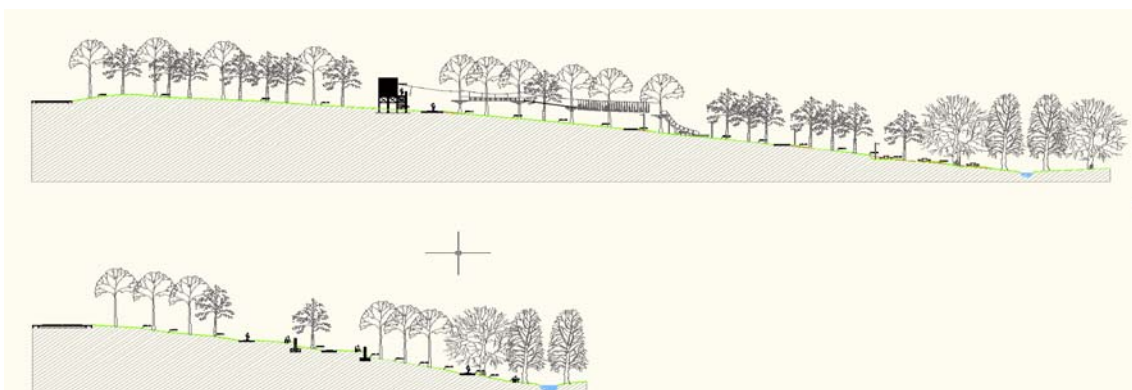
Projecto e acompanhamento à construção de um edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, substituindo outro que se encontrava sem uso e em elevado estado de degradação. Esta intervenção incluindo igualmente os arranjos exteriores envolventes e respectivas infra-estruturas.



Produziram-se pequenas alterações ao projecto de paisagismo, decorrentes das situações de obra. Alterações que envolveram a revisão de diversas peças desenhadas: plantas, cortes, planos de plantação das árvores, arbustos e herbáceas. Para além disso, novos desenhos foram produzidos conforme surgiram as necessidades de incluir em obra novos elementos, foi o caso do desenho do muro junto à fonte.

3. Programa Preliminar para Parque do Rio Uíma em Pigeiros

Com a aquisição de novos terrenos por parte da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Pigeiros, pretendeu-se estender o parque fluvial existente e complementá-lo com novas actividades desportivas e de lazer.



O estudo sugeriu a inclusão de equipamentos de desportos radicais, novas zonas de estadia e zonas de merendas.

4. Requalificação da Ribeira de Lamas

Projecto de requalificação de uma zona marginal por onde passa um troço da Ribeira de Lamas, encostado aos taludes da A1 e ladeada por uma outra via periférica, a Rua Ribeirinha, importante via de circulação da cidade de Santa Maria de Lamas. A intervenção procurou resolver alguns problemas da degradação ambiental da zona, nomeadamente, com a limpeza do leito e das margens da ribeira, com a reposição de solos que tinham sido levados pelas cheias, e com plantação de espécies que ripículas.



Para além disso, pretendeu-se criar um percurso que oferecesse continuidade ao percurso de manutenção existente, por onde a população já tem o hábito de caminhar. Criaram-se também, zonas de estadia e previram-se a colocação futura de equipamentos de manutenção sénior.

5. Projecto Praia Fluvial da Mámoa - Milheirós de Poiares

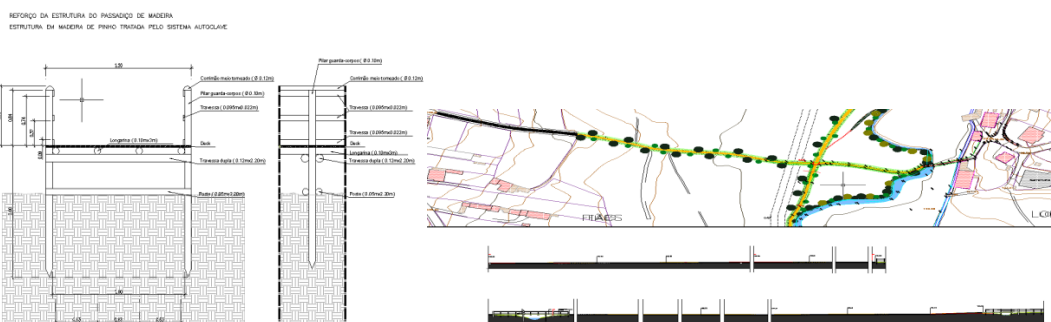
Intervenção no espaço de forma a criar uma praia fluvial, o estudo paisagístico foi pensado de forma a harmonizar a inserção de percursos, de estacionamento e dos equipamentos no terreno existente, deixando a zona da praia com uma maior exposição solar.



Pretendeu-se igualmente, tirar partido da disposição em plataformas da zona do moinho, criando jardins com um ambiente mais intimista. Propõem-se também cortinas arbóreas que resolvam as questões de impacto visual com volumes existentes, nomeadamente para quebrar a ligação visual com a escola, a norte, e com o edifício do estaleiro, a sul.

6. Projecto do Passadiço de Madeira- Requalificação do Rio Uima- Fiães

Criar um percurso que desenvolvesse melhores condições de acessibilidade e relações de proximidade com o Rio Uima, para assim potenciar as actividades pedagógicas e de recreio, tirando melhor partido da riqueza paisagística do vale. Por isso, surgiu a necessidade de implementar um percurso que fosse constituído por um passadiço de madeira sobrelevado, para minimizar o impacto do seu atravessamento, assegurando a oportunidade de um contacto muito próximo com estas zonas e assim maximizar o proveito pedagógico e recreativo.



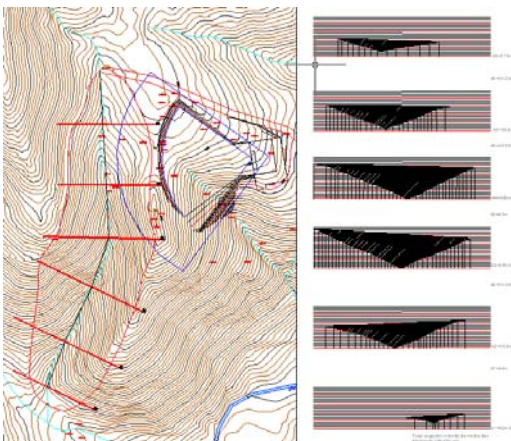
7. Projecto do Parque Infantil do Centro Social de Milheirós de Poiares

Projecto de espaços que ofereçam recreio ao ar livre para as crianças das diferentes faixas etárias da creche, jardim-de-infância e ATL do Centro Social, nomeadamente, um parque infantil equipado com brinquedos para as faixas etárias do 1 aos 3 anos, dos 3 aos 5 anos e/ou até 8 anos de idade; e um campo de jogos para crianças do ATL acima dos 5 anos de idade.



8. Projecto do Campo de Tiro - Milheirós de Poiares

A pedido da Associação do “Clube de Caçadores e Pescadores de Milheiros de Poiares”, elaborou-se um estudo com o objectivo de promover enquadramento de movimentações de terras, em terrenos desta associação. Este pedido surgiu em consequência de um protocolo estabelecido entre esta Associação e a empresa responsável pela construção da obra da A32 (Alves Ribeiro S.A.). Este acordo objectivava a realocação da sede desta Associação por esta ser afectada pela passagem da auto-estrada. Nos restantes terrenos adquiridos por esta Associação pretendia-se ainda a deposição de terras sobrantes da obra da auto-estrada. O estudo projecta os Aterros e Escavações necessários, analisa o terreno e prevê novos perfis e cálculos de volumes.



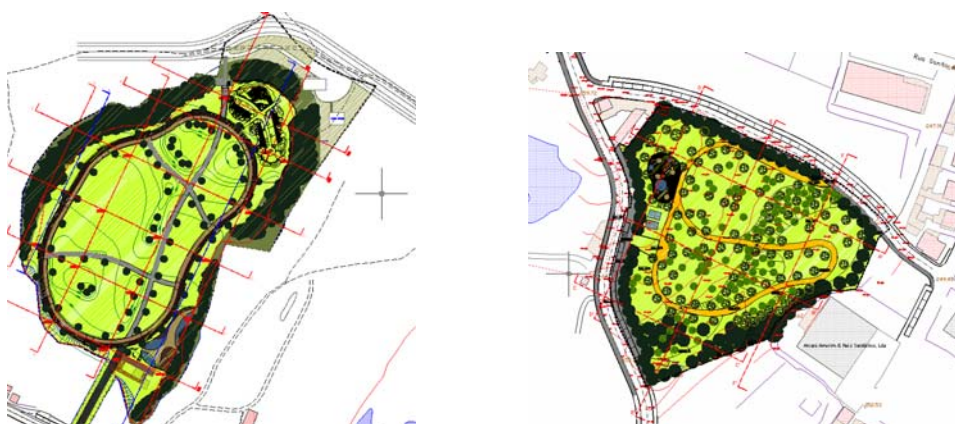
9. Projecto do Parque da Zona Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge

Na sequência da conclusão da obra do Ilha bar, pretendeu-se dar continuidade ao estudo da requalificação da zona da fluvial pertencente à área envolvente do complexo das Termas das Caldas de São Jorge. Com este objectivo, desenvolveu-se uma análise dos terrenos adjacentes no sentido de estabelecer um programa para elaborar um Estudo Prévio para um parque fluvial das Caldas de São Jorge. Esta análise concluiu-se com uma planta e um programa preliminar.

10. Projecto da Requalificação Ambiental das Pedreiras dos Limas e dos Linos em Lourosa

Foram estudadas duas intervenções, para duas pedreiras (Limas e Linos), que se encontram relativamente próximas, perto do centro urbano de Lourosa. Ambas intervenções tiveram como base os mesmos objectivos, promover enquadramento paisagístico das pedreiras, dentro de um contexto de futuro Parque Urbano/Desportivo, potenciando a instalação de um parque verde para usufruto da população em geral, e suas respectivas infra-estruturas, ou seja, a modelação do terreno, a localização dos percursos pedonais e ciclovia, a instalação das redes de águas pluviais, abastecimento de água, saneamento e electricidade. Do mesmo modo, prevê-se a instalação de diversos equipamentos de apoio, nomeadamente “quiosque de recepção”, sanitários de apoio, mobiliários urbanos, parque infantil.

Numa 1ª Fase desenvolveu-se o Estudo Prévio, tentando responder às exigências do Projecto de Engenharia da FEUP. Para isso, desenvolveram-se plantas, cortes e detalhes para ilustrar a proposta base. Posteriormente, desenvolveram-se alterações aos desenhos da FEUP, seguindo as especificações sugeridas pela CCDRN.

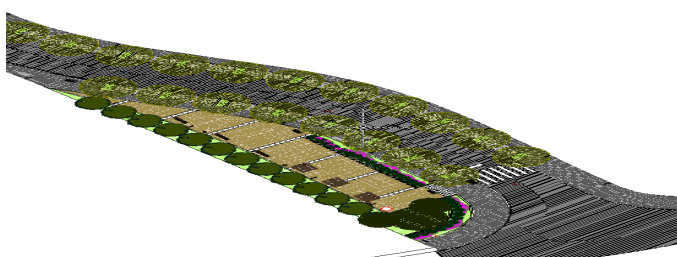


Numa segunda fase desenvolveu-se o Projecto de Execução com vista a concluir o processo de candidatura. Nesta fase, houve a necessidade de desenvolver alterações em desenhos de pormenor e plantas: parque infantil, arruamentos, planta de equipamento, planta de trabalho, planta de paisagismo.

11. Projecto Rua da Tapadinha Riomeão

Elaborou-se um estudo de requalificação de um troço da Rua da Tapadinha, a pedido da Junta de Freguesia, pela necessidade de intervir na proximidade de um cruzamento bastante movimentado em termos de tráfego automóvel.

A intervenção consistiu em criar um largo para proveito da população, com zonas de estadia, algum mobiliário urbano e iluminação, enquadrado por canteiros de espécies arbóreas e arbustivas.



12. Arranjo Quinta da Paredinha - Rio Meão

Desenvolvimento de um estudo com a caracterização espacial, disposição de zonas de estar, acessos, percursos, parque de estacionamento, parque infantil e arranjos paisagísticos.



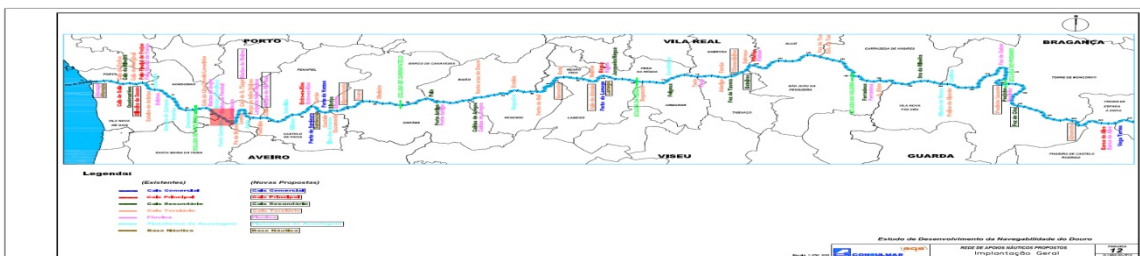
13. Plano de Alinhamento e Requalificação Urbana de Paços de Brandão

Elaboração de estudo urbanístico e montagem de modelo tridimensional com inclusão de todas as construções envolventes, incluindo fachadas realistas. Estudo e definição de perfis de arruamentos, alinhamentos, desenho de espaços públicos, materiais de acabamento, etc...



15. Análise ao Plano de Navegabilidade no Rio Douro

Análise do documento “Proposta preliminar do plano de desenvolvimento da navegabilidade no Rio Douro” com vista à elaboração de parecer técnico sobre o Estudo de Desenvolvimento da Navegabilidade no Rio Douro, focando a zona de Porto Carvoeiro, e as propostas que o estudo contempla para a sua envolvente.



16. Ligação viária entre a Av. Sá Carneiro e a Igreja, S. João de Ver

Projecto e acompanhamento do Processo de negociação de 3 parcelas de terreno entre a Câmara e a Comissão Fabriqueira para a implementação de um acesso viário que permita aceder do Largo Padre Manuel Pinho à Av. Francisco Sá Carneiro.



17. Loteamento Encosta do Matadouro, Santa Maria da Feira

Projecto de Loteamento elaborado pelo município ao abrigo de um protocolo.



18. Projecto de Requalificação da Rua de S. Martinho, Argoncilhe

Proposta de Arranjo urbanístico – Prolongamento da Rua de S. Martinho. Alteração do perfil viário – redesenho com base na eliminação do separador central e praça



Outras actividades

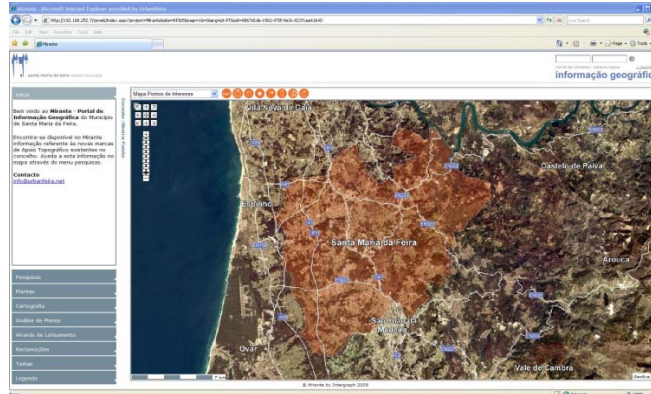
- Acompanhamento sistemático de obras no espaço público que decorram de projectos ou meros estudos de enquadramento realizados pela Divisão de Planeamento;
- Acompanhamento às Juntas de Freguesia, no âmbito de actividades ou obras desenvolvidas à escala local;
- Participação nas reuniões da Comissão Mista de acompanhamento da Revisão dos Planos Directores Municipais de Gaia, S. João Madeira e Ovar.
- Acompanhamento dos projectos PEC e PERM
- Recepção e acompanhamento da visita aos nossos sistemas de informação Nortear, Mirante e Face de delegações de várias Câmaras Municipais.

Urbanização

1. Emissão de pareceres urbanísticos - emitidos 554 pareceres técnicos sobre questões relacionadas com a gestão urbanística.

Informação Geográfica

Portal de Informação Geográfica – MIRANTE (internet e intranet)



1. Ao nível da plataforma MIRANTE Internet, durante o ano de 2010 foram implementados e/ou melhorados os seguintes serviços:
 - Integração c/ Sistema de Pagamentos Online (SIBS)
 - Disponibilizados 10 tipos de mapas (Mapa de Obras, PDM em vigor, PDM em estudo, Pontos de Interesse, Google, Infra-estruturas, Restrições e Servidões, Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever, Plano de Urbanização de Picalhos, Estudos de Alinhamentos)
 - Pesquisas: Localização, Processos Urbanísticos, Pontos de Interesse e Marcas Topográficas
 - Emissão de Plantas de Localização (no total, 52 tipos de plantas, do A4 ao A0);
 - Emissão de Planta Certificada de Número de polícia: estas plantas certificadas apenas são emitidas nos casos em que já foi atribuído nº de polícia por parte da Comissão de Toponímia. O utilizador pesquisa e verifica rapidamente a existência ou não de um nº de polícia para uma determinada parcela/edificação. Caso já tenha sido atribuído nº de polícia por parte da comissão de toponímia para a parcela/edificação em causa, é emitida a planta certificada pretendida. A emissão e impressão das certidões e sua disponibilização para download, apenas é possível, após pagamento online da taxa em vigor.
 - Emissão de Planta Certificada de Morada: procedimento idêntico ao anterior;
 - Emissão de Planta Certificada de Morada: procedimento idêntico ao anterior;
 - Emissão de Plantas Não Vinculativas (idênticas às de localização, mas grátis, não servindo para a instrução de processos);
 - Download de cartografia em formatos CAD, SIG e RASTER
 - Fornecimento de Alvarás de Loteamento com pagamento através de multibanco;

- Serviço de reclamações georreferenciadas: permite aos cidadãos ou entidades externas, reportar ocorrências devidamente localizadas no território, a título de exemplo, indicar a localização de uma montureira de lixo, ou comunicar que a tampa de saneamento da sua rua se encontra partida, etc. As reclamações são tipificadas e enviadas ao serviço responsável;
 - Serviço de Análise Automática dos PMOT: cálculo automático aproximado de um relatório de confrontações e condicionantes para o edifício ou muros a construir num determinado terreno. Neste relatório constam as entidades externas a consultar, o número de cópias necessárias a entregar na instrução do processo, assim como, as normas descritas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor que afectam o pedido em causa.
2. Durante o ano de 2010 foram implementados e/ou melhorados os seguintes serviços MIRANTE Intranet:
- Módulo de Gestão de Tarefas Geográficas
 - Integração com NORTEAR (gestão urbanística)
 - Single Sign-On
 - Análises espaciais
 - Módulo de Administração: permissões de acesso, automatização de publicação de dados
 - Emissão de Plantas de Localização (no total, 52 tipos de plantas, do A4 ao A0);
 - Emissão de Planta Certificada de Número de polícia: estas plantas certificadas apenas são emitidas nos casos em que já foi atribuído nº de polícia por parte da Comissão de Toponímia. O utilizador pesquisa e verifica rapidamente a existência ou não de um nº de polícia para uma determinada parcela/edificação. Caso já tenha sido atribuído nº de polícia por parte da comissão de toponímia para a parcela/edificação em causa, é emitida a planta certificada pretendida. A emissão e impressão das certidões e sua disponibilização para download, apenas é ser possível, após pagamento online da taxa em vigor.
 - Emissão de Planta Certificada de Morada: procedimento idêntico ao anterior;
 - Emissão de Plantas Não Vinculativas (idênticas às de localização, mas grátis, não servindo para a instrução de processos);
 - Download de cartografia em formatos CAD, SIG e RASTER

3. Foram também implementados e/ou melhorados os seguintes workflows no Pelouro do Planeamento e Urbanismo:
 - Cadastro
 - Transacções e Compromissos
 - Ocorrências Georreferenciadas
 - Reclamações Georreferenciadas
 - Levantamentos Topográficos
 - Estudos de Alinhamentos
 - Marcas de Apoio Topográfico
 - Autos de Implantação:
 - Vistorias
 - Fiscalização
 - Registo de Planos
 - Registo de Estudos e Projectos
 - Fichas de Loteamento
 - Cedências ao Domínio Público e Privado

4. Ainda durante 2010 foram iniciados os trabalhos de implementação dos seguintes workflows para outros serviços municipais:
 - a) Pelouro de Desenvolvimento, Cultura, Inovação, Modernização, Controle de Gestão, Turismo
 - Espaços culturais
 - Eventos / Espectáculos
 - Turismo
 - IPSS
 - Habitação Social
 - Percursos de transportes públicos
 - Zonas Industriais
 -
 - b) Pelouro de Educação, Desporto e Juventude
 - Estabelecimentos de Ensino
 - Associações
 - Eventos Associativos
 - Instalações Desportivas

- Equipamentos Desportivos
- Percursos Desportivos
- Eventos Desportivos

5. A plataforma MIRANTE Intranet já está disponível dos seguintes serviços:

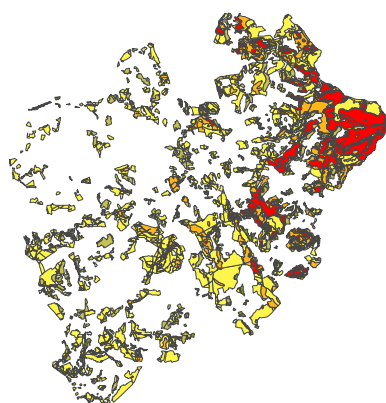
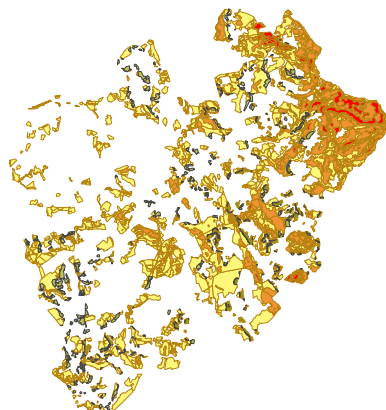
- Pelouro do Planeamento e Urbanismo: Totalidade dos serviços;
- Pelouro de Desenvolvimento, Cultura, Inovação, Modernização, Controle de Gestão, Turismo: Posto de Turismo;
- Pelouro de Educação, Desporto e Juventude: Gabinete de Educação;
- Pelouro de Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente: Gabinete de Protecção Civil;
- Pelouro de Administração e Finanças: Gabinete de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Outros serviços: Juntas de Freguesia, Forças de Segurança, Bombeiros;

Adopção do novo Sistema de Referência Nacional: ETRS89/ PT-TM06

Os sistemas de referência mais usados na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira até 2010 eram o Datum 73 e Datum Lisboa. No início de 2010 foi adoptado o sistema de referência ETRS89/PT-TM06. Foi necessário proceder á conversão de todos os dados cartográficos e alfanuméricos existentes. A conversão da informação geográfica teve início com as bases de dados existentes, e foi seguida da conversão da cartografia digital em formato CAD (microstation e autocad).

Realização da Carta de Risco de Incêndio Florestal e Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal

Usando o software de modelação existente nos serviços, Geomedia Grid, foram realizadas duas cartas temáticas com vista à sua inserção no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e aplicação do DL 124/2006 de 28 de Junho: a Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal e a Carta de Risco de Incêndio Florestal;



Adensamento da rede de apoio topográfico

O projecto de criação de uma rede de apoio topográfico teve início durante o ano de 2009 e, sendo este um projecto contínuo, assim continuamos o adensamento da rede. Este adensamento da rede geodésica ao nível municipal é necessário não só para a realização de levantamentos em grandes escalas, como também na gestão de redes de infra-estruturas tipo, viária, águas, saneamento, eléctrica, etc.

Projectos contínuos

- Integração de todos os processos de obras e de loteamentos (do Nortear e em papel) no SMIG;
- Inserção normalizada de Levantamentos topográficos e planos de alinhamento realizados pelo GCCT na base de dados do SMIG criada para o efeito;
- Gestão de viaturas camarárias por GPS (80 viaturas);
- Manutenção e gestão das bases de dados SMIG (*SQL Server*);
- Gestão de permissões e utilizadores das bases de dados SMIG (*SQL Server*);

- Colaboração na elaboração de pareceres técnicos relativos a várias áreas de intervenção no município;
- Levantamentos topográficos com GPS e estação total;
- Inserção de Marcas Topográficas georreferenciadas para fornecimento de fichas on-line;
- Georreferenciação de Marcas Topográficas;
- Levantamentos cadastrais
- Autos de implantação/Alinhamentos
- Levantamentos topográficos (planimétricos e altimétricos)

Fiscalização

Relativamente ao ano de 2010, na actividade da fiscalização associada aos procedimentos urbanísticos foram prestadas:

- 5.678 Informações;
- 122 Acções inspectivas autónomas sem dependência de qualquer procedimento;
- 164 Autos de notícia, maioritariamente com fundamento na ausência de título legitimador para a execução de obras ou para a ocupação de espaço público, no incumprimento dos projectos aprovados, na ausência de título legal para a utilização edifícios;





Gabinete de Atendimento Urbano (GAU)

Relativamente ao ano de 2010, a actividade do atendimento é visível através dos dados estatísticos que a seguir se apresentam.

- O número total de atendimentos foi de 20.917.


Globalmente, houve um decréscimo do nº de atendimentos de 8 por cento relativamente ao ano anterior. Este decréscimo incidiu sobre o serviço D – Informações, que registou uma diminuição de 27%, o serviço A - Atendimento Geral, que registou uma diminuição de 1%, e o serviço C – Informação Geográfica, com uma diminuição de 17%. A taxa média de desistências aumentou de 13% em 2009 para 21% em 2010. O decréscimo mais significativo verificou-se no serviço D, cuja principal razão, consideramos continuar a dever-se à constante adesão dos utilizadores do serviço de consulta on-line dos processos urbanísticos no ano 2010. Este aumento de utilizadores verificou-se não só a ao nível dos requerentes do processo, mas principalmente ao nível dos técnicos dos processos urbanísticos, que reconhecem que a mais-valia deste serviço é inquestionável.

Comparativo nº de atendimentos 2009/2010

A – Atendimento Geral		1%	- 74
D - Informações		27%	- 1250
C – Info. Geográfica		17%	- 513
Tx. média de desistências		8%	+ 1347

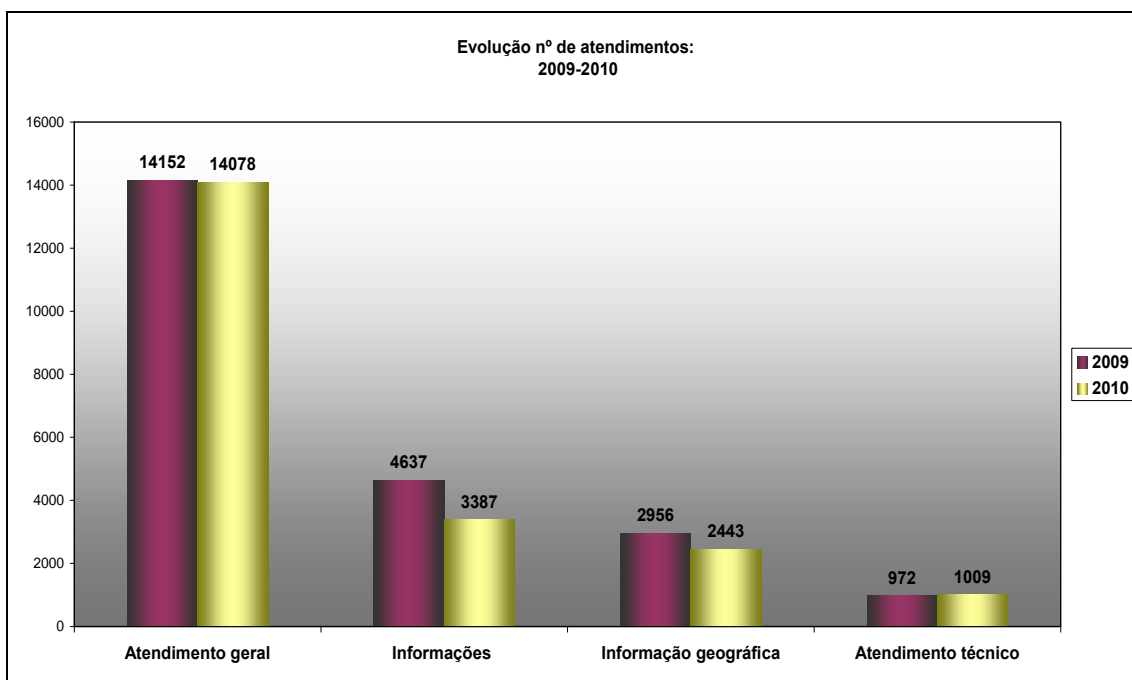
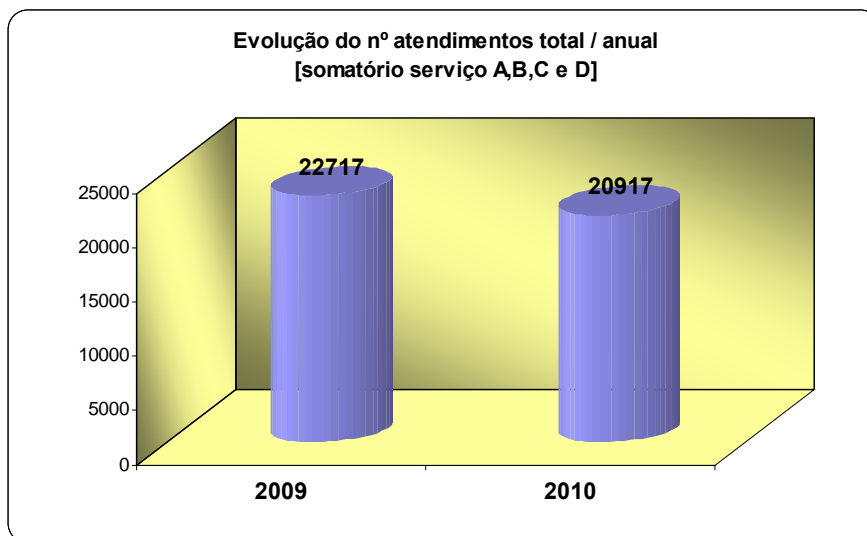
Comparativamente com o ano anterior, no ano de 2010 não se verificou uma quebra tão acentuada no número de atendimentos realizados anualmente, com a diminuição a cifrar-se 8%. Refira-se que no ano de 2009 a grande quebra registada deveu-se à forte adesão, por parte dos requerentes e dos técnicos, ao serviço de consulta on-line dos processos urbanísticos. Contudo, esta tendência mantém-se, uma vez que o serviço de informações continua a registar o maior decréscimo, com menos 27% do número de atendimentos em relação ao ano anterior, enquanto que o serviço de atendimento geral praticamente estabilizou com menos 1% de atendimentos do que no ano passado. Conclui-se que o serviço de consulta on-line, para além de criar valor aos seus utilizadores, retirou do atendimento presencial uma elevada fasquia do número de atendimentos. O mesmo se verificou no serviço de informação geográfica que este ano registou menos 17% do número de atendimentos em relação ao ano anterior devido à disponibilização do serviço de fornecimento on-line de plantas topográficas e cartografia, deixando o atendimento presencial de ser a única forma de obtenção daquela informação.

Evolução do número de requerimentos registados

	2009	2010		Δ em %	
Nº de requerimentos	11.219	10.701		- 4,7%	- 518

Relativamente ao número de requerimentos registados, embora a quebra verificada não seja significativa, continua a notar-se uma descida que confirma a tendência provocada pela actual conjuntura económica, a qual condiciona o nível de confiança dos cidadãos reflectindo-se ao nível do investimento.

Evolução do número de Atendimentos total entre 2009 e 2010



Em termos médios, foram atendidos mensalmente 1.743 cidadãos, repartidos entre o serviço de Atendimento Geral com uma média de atendimentos de 1173, o serviço de Informações com 282 atendimentos por mês em média, o Serviço de Informação Geográfica com média de 204 atendimentos mensais e o serviço de atendimento técnico com um número médio mensal de 84 atendimentos.

Média mensal do nº de atendimentos em 2010

Média mensal global	1.743
A-Atendimento Geral	1.173
D-Informações	282
C-Informação Geográfica	204
B-Atendimento Técnico	84

Tempo de espera

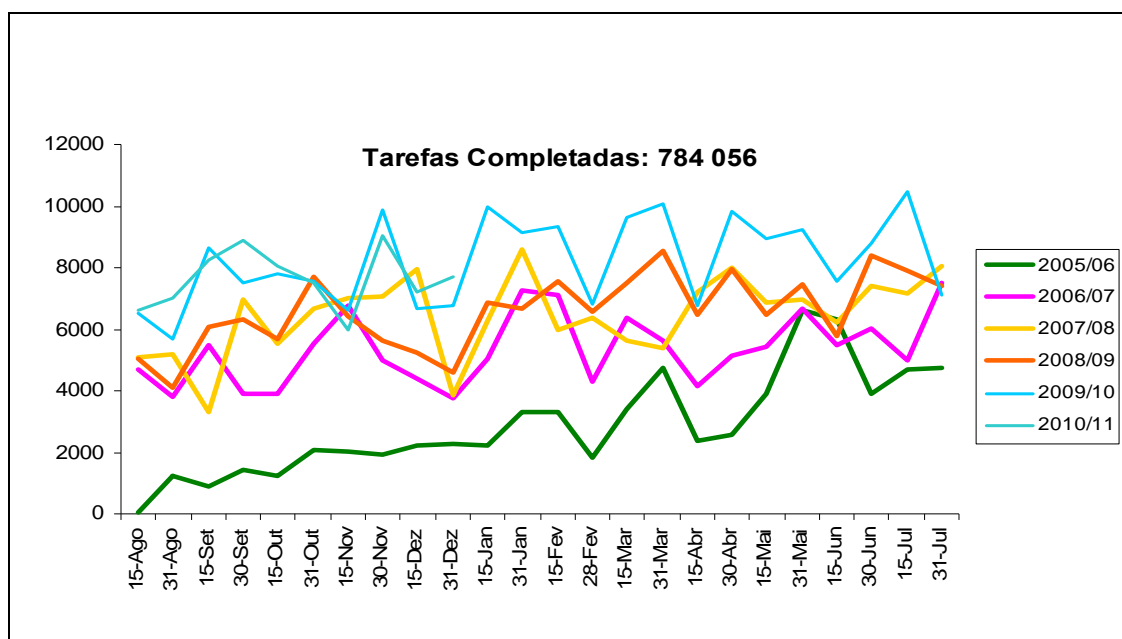
Os tempos médios de espera verificados em 2010 foram de 11,1 minutos para o serviço A – Atendimento Geral, de 11 minutos para o serviço D - Informações e de 9,7 minutos para o serviço C – Informação Geográfica.

Gabinete Jurídico

No âmbito das atribuições do gabinete jurídico foram efectuados os mais diversos trabalhos, nomeadamente de acompanhamento da nova legislação que se vai constantemente publicando e que os serviços urbanísticos têm que fazer aplicar, elaborando pareceres sempre que tal lhes é solicitado.

Breve Resumo:

Numa breve análise, porque para conhecer é preciso medir, poderemos verificar a evolução do numero total de tarefas realizadas pelos serviços de urbanismo desde Agosto de 2005, que só **no sistema Nortear**, se cifram já em mais de **784 mil tarefas realizadas**.



Evolução de tarefas realizadas desde Agosto de 2005